

## **ATA Nº 05/2004**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ**

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de fevereiro de 2004, com início às 18 horas, realizou-se mais uma sessão ordinária do Poder Legislativo do Município de Pato Branco do ano de 2004, contando com a presença e participação dos seguintes vereadores: Agostinho Rossi - PTB, Antonio Urbano da Silva - PL, Arcedinos de Fragas - PMDB, Clóvis Gresele - PP, Enio Ruaro - PP, Dirceu Dimas Pereira - PPS, Laurinha Luiza Dall'Igna - PP, Leonir José Favin - PMDB, Nelson Bertani - PDT, Nereu Faustino Ceni - PC do B, Pedro Martins de Mello - PFL, Silvio Hasse - PDT, Valmir Tasca - PFL, Vilmar Maccari - PDT e Vilson Dala Costa - PMDB. Havendo quorum legal, sob a presidência do vereador Dirceu Dimas Pereira, foi aberta a sessão com a leitura de um trecho bíblico feita pela vereadora Laurinha Luiza Dall'Igna. Em seguida foi lida e aprovada na íntegra, a ata da sessão anterior nº 04/2004. Dando continuidade aos trabalhos, passou-se a leitura das correspondências recebidas. Ofício nº 52/2004/GP, datado de 20 de fevereiro de 2004, assinado pelo Prefeito Municipal, senhor Clóvis Santo Padoan, encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, que apresenta a prestação de contas da Administração Municipal referente o terceiro quadrimestre de 2003. Ofícios assinados pelo senhor Reginaldo Muniz Barreto, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde notificando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde, em favor deste município. Comunicado assinado pelo senhor José Henrique Paim Fernandes, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor de R\$ 31.885,66 (trinta e um mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e seis centavos). Relatório de atividades da FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná e relatório do SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, referente o ano de 2003, enviado pelo senhor Ágide Meneguette, Presidente da FAEP. Na sequência, foram lidas as proposições dos senhores vereadores. Do vereador Dirceu Dimas Pereira - PPS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, reiterando pedidos anteriores, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, indicando ao mesmo para que seja implantado o sistema de taxímetro nos veículos de táxi de Pato Branco. A lei municipal nº 1522/96, de 29 de novembro de 1996, de autoria dos vereadores Nereu Faustino Ceni, Osvaldo Luiz Gabriel e Gilmar Luiz Arcari, que dispõe sobre o uso de taxímetro em veículos táxi, torna obrigatório o uso de taxímetro em veículos táxi de Pato Branco, devidamente aprovados pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia), e que ofereçam assistência técnica permanente e local. Porém, desde 1996, ano da publicação da referida legislação municipal, o aparelho não foi implantado nos veículos de táxi de nosso município. Diante disso,

indicamos ao Executivo Municipal para que providencie a implantação do sistema, dando assim maior segurança as pessoas que utilizam deste meio de transporte, quanto à quilometragem percorrida pelo veículo. Do vereador Valmir Tasca – PFL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que através do departamento competente, providencie a limpeza do mato e terra existente sobre o calçamento na Rua Vereador Santo Viganó, em frente ao nº 273, no Bairro Menino Deus. Por ocasião da abertura da referida rua ficou sobrando a terra e está atrapalhando o tráfego naquela via pública. O serviço de limpeza não requer grandes custos e beneficiará os transeuntes e moradores do Bairro Menino Deus. Solicitamos então que o mesmo seja executado com brevidade. Do vereador Agostinho Rossi – PTB, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Senhor José Nilton Sanguanini, convidando-o a participar de uma sessão ordinária nesta Casa de Leis, em data a ser agendada na secretaria da Câmara, para falar sobre as ações desenvolvidas pela Secretaria durante o período de 2001 a 2003, bem como, sobre os projetos que serão desenvolvidos durante o ano de 2004. Nossa intenção é levar ao conhecimento dos agricultores, os trabalhos que estão sendo desenvolvidos por esta que é a Secretaria responsável pelos projetos rurais do nosso município. Do vereador Antonio Urbano da Silva – PL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao deputado federal Adenor Francisco Vieira (PMDB-SC), presidente da Frente Parlamentar Evangélica (Gabinete 441 - Anexo IV, Câmara dos Deputados, Praça dos Três Poderes, Cep 70160-900, Brasília, DF), extensivo aos demais membros da Frente Parlamentar Evangélica, manifestando apoio com relação à alteração do Código Civil, que não diferenciava igrejas de associações. Através do projeto de lei nº 634/2003, de autoria do deputado Paulo Gouvêa – PL/RS, que altera o texto do novo Código Civil, as igrejas passam a ser incluídas especificamente na lista de pessoas jurídicas de direito privado, não sendo mais tratadas como associações e passando a ser regidas, sem intervenção do poder público, pelos seus próprios estatutos sociais. A aprovação desse projeto figura como uma conquista da Frente Parlamentar Evangélica. São 58 deputados federais e 3 senadores, totalizando 61 parlamentares. O projeto acresce inciso ao artigo 44 da Lei nº 10.460, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. O artigo 44 da supra citada lei dispõe que: Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado: I – as associações; II – as sociedades; III – as fundações. Com a nova alteração, ficará acrescido o inciso IV ao artigo 44, incluindo como pessoa jurídica de direito privado “as entidades religiosas”. Com a entrada em vigor da lei 10.406/02 (que institui o Código Civil), as atuais entidades religiosas estavam sem definição jurídica, porque não podem ser associação, nem sociedade, pois os seus fins são religiosos e a transformação em fundação, para as igrejas é inviável, legal, técnica e operacionalmente, além de contrária ao fim a que se destinam, pois fundação também não pode ter fim econômico. Portanto, muito viável a aprovação do referido projeto, transformando as igrejas em pessoas jurídicas de direito

privado. Do vereador Nereu Faustino Ceni – PC do B, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que através do departamento competente providencie a construção de açudes na Linha Martinello, nas seguintes propriedades rurais: Silvino Martinello; Ademir Polo; Gilmar Ritti; Vitalino Facin; Altair Polo; Selvino Reti; e José Facin. A implementação de novos açudes é de fundamental importância para que o agricultor possa ter uma produção alternativa. A falta de disponibilidade de recursos materiais e, principalmente, financeiros sempre foram e continuam sendo os maiores problemas do pequeno produtor rural. Muitas vezes, a época de plantio está chegando e o agricultor não conseguiu levantar os recursos necessários para iniciar esta importante tarefa. As formas tradicionais de captação de recursos como a utilização de crédito agrícola ou empréstimos em bancos nem sempre são alcançadas. Além disso, as taxas de juros pagas pelos agricultores, muitas vezes, chegam a inviabilizar o próprio negócio. Tendo em vista que o capital mais barato é o capital próprio, o produtor deve se perguntar se não existe, para ele, uma outra forma de conseguir levantar o capital necessário para dar continuidade ou para ampliar seu agronegócio. Muitas vezes, a resposta está mais próxima do que se imagina, dentro da própria propriedade rural. Muitos produtores rurais, lançaram mão de métodos nada ortodoxos para conseguir levantar capital ou mesmo para gerar renda alternativa. Muitas fazendas e sítios, hoje, figuram como pólos de turismo ecológico, onde o proprietário cobra pela entrada em suas terras e pela oportunidade dos turistas desfrutarem das belezas naturais que só o proprietário e seus convidados, anteriormente, desfrutavam. Lagos, dentro de fazendas e sítios, tornaram-se pesqueiros. Além da “opção turística”, o produtor rural pode optar por utilizar algum recurso natural, que não prejudique o meio-ambiente, e gerar renda adicional. Muitas vezes, utilizar um lago ou açude para a piscicultura, utilizar uma cultura ou criação paralela, de baixo custo, para financiar sua atividade principal ou mesmo alugar equipamentos e máquinas, como tratores, arados, colheitadeiras, entre outros e, dessa forma, encontrar um meio mais barato e eficiente de auto-financiar sua atividade principal. A criatividade é uma peça chave em todas as profissões e atividades produtivas. E a construção dos açudes para os agricultores rurais acima citados, promoverá uma produção alternativa, onde terão uma fonte de renda a mais em suas propriedades. Diante disso, solicitamos especial atenção por parte do Executivo Municipal, no sentido de atender ao pedido dos agricultores e providenciar a construção dos açudes. Do vereador Pedro Martins de Mello - PFL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que analise a possibilidade de formar equipes no sentido de vistoriar os problemas existentes nas bocas de lobo dos bairros da cidade, e posteriormente tomem providências no sentido de arrumar as mesmas. Nos Bairros São Cristóvão e Industrial, por exemplo, existem diversas bocas de lobo trancadas, impedindo a vazão normal das águas pluviais, causando transtornos aos moradores. Sugerimos então que sejam feitas vistorias em todos os bairros,

buscando solucionar os problemas existentes nas bocas de lobo, o que é uma reivindicação dos moradores. Do vereador Pedro Martins de Mello – PFL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, extensivo a toda sua equipe de profissionais, agradecendo e parabenizando pela execução dos serviços de melhorias nos cemitérios de nossa cidade. Além de diversos pedidos encaminhados ao Executivo Municipal neste sentido, o vereador signatário esteve pessoalmente com o Prefeito Municipal, especialmente para solicitar as melhorias nos cemitérios. Como é do conhecimento de toda a população pato-branquense, os problemas nos cemitérios existiam há tempos, sendo que nenhuma providência havia sido tomada. Porém, na administração do Prefeito Clóvis Santo Padoan, as melhorias estão sendo executadas. Os serviços de cadastramento e controle das tumbas estão sendo informatizados, facilitando assim a localização e existência de túmulos, que periodicamente são procurados por familiares, como também, para saber se há vagas. Além disso, foi construído calçamento para facilitar o acesso das pessoas pelo cemitério. No cemitério localizado entre as Ruas Paraná e Avenida Brasil, foi colocado um portão para acesso pela Rua Paraná. Outro fator importante é a colocação de super postes, evitando-se assim a ocorrência de atos de vandalismo praticados em decorrência da escuridão. Por ser uma questão que envolve toda a população, agradecemos, em nome de todos os pato-branquenses, pelas melhorias acima citadas, entre outras, executadas nos cemitérios de nossa cidade. Do vereador Pedro Martins de Mello – PFL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, atendendo pedido dos moradores, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que analise a possibilidade de construir uma creche no Bairro Santa Terezinha. As creches hoje são de fundamental importância na educação de qualquer criança, independente da sua camada social. Elas não substituem o papel das famílias, mas podem complementar a educação ao promover a sociabilização infantil na faixa etária de zero a três anos, tão importante para o seu desenvolvimento intelectual e principalmente afetivo. A legislação existente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, é uma das mais avançadas do mundo e que garante a todas as crianças o acesso às creches e pré-escolas. No Bairro Santa Terezinha existem diversas mães que necessitam de um local para deixar seus filhos de 0 a 3 anos, durante o período em que estão trabalhando. Num país como o nosso, onde a maioria da população não dispõe de recursos para custear despesas com educação, é mais do que razoável que todos queiram que seus filhos recebam cuidados e atenção de profissionais qualificados enquanto trabalham. Esperamos que o Executivo atenda a reivindicação dos pais do Bairro Santa Terezinha, formulada através do vereador proponente, que é mais do que justa, é um direito constitucional e obrigação do Poder Público. Dos vereadores Agostinho Rossi – PTB e Clóvis Gresele – PP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que através do departamento competente, providencie a melhoria nas estradas de acesso às comunidades interioranas de São Caetano, Barra do

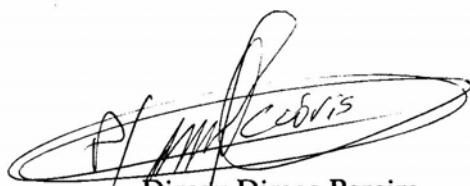
Dourado, São Miguel e Três Pontes, as quais encontram-se em péssimas condições de trafegabilidade. Dos vereadores Nelson Bertani, Silvio Hasse e Vilmar Maccari, da Bancada do PDT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem seja oficiado a Brasil Telecom, Departamento de Telefonia Pública (Caixa postal 14, Cep 79002-970, Campo Grande – MS), solicitando instalar um telefone público na Rua Industrial, nº 311, ao lado da Cattani Motos e em frente à Mercearia Tropical. Diversos moradores das proximidades do local acima citado necessitam de um aparelho para realizarem ligações telefônicas. Portanto solicitamos que o mesmo seja instalado, com brevidade. Dos vereadores Nelson Bertani, Silvio Hasse e Vilmar Maccari, da Bancada do PDT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que através do departamento competente, seja arrumada a estrada principal que liga o Distrito Administrativo de São Roque do Chopim à comunidade de Rondinha, no interior do município de Pato Branco. A estrada encontra-se em péssimas condições de trafegabilidade e os moradores solicitam que a execução do serviço de melhoria seja feito com urgência, para que os mesmos possam transportar seus produtos. Dos vereadores Clóvis Gresele, Enio Ruaro e Laurinha Luiza Dall’Igna, da Bancada do PP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que através do departamento competente providencie a construção de calçamento na Rua Josefina Leonardi, no Bairro Aeroporto. Os moradores concordam em fazer parceria, os quais contribuem com a mão de obra e o meio-fio, e a Prefeitura fornecendo as pedras necessárias para execução do calçamento. Os problemas aumentam em dias de chuva, principalmente por ser uma via pública com acentuado declive, ficando quase impossível trafegar pela mesma. Diante disso, solicitamos especial atenção por parte do Executivo Municipal, atendendo assim um pedido que beneficiará não só os moradores do Bairro Aeroporto, como também, todos os transeuntes. Dos vereadores Clóvis Gresele, Enio Ruaro e Laurinha Luiza Dall’Igna, da Bancada do PP e vereador Nelson Bertani – PDT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem seja oficiado ao Senhor Avelino Zoche, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pato Branco (Rua Osvaldo Aranha, 498), extensivo a todos os membros da diretoria, parabenizando-os pela eleição ocorrida no dia 25 de fevereiro de 2004, nas dependências do Sindicato. A nova diretoria ficou assim constituída: Presidente: Avelino Zoche. Vice-Presidente: Jocimar Antonio Caldato. Tesoureiro: Rosalino Pan. Suplentes: Elio Reu Marcante, Vilson Mattana, Avelino Borella, Nadir Caldato, Itamar Antonio Marcante, Aleones Marcos Vidor. Conselho Fiscal: Efetivos: Albino Felippi, Almir Antonio Santin, Lori Miguel Viola. Suplentes: Alcení Scatolin, Vitório Viacelli, Clementina Felippi, Gilberto Zocche, Amandio Fianco Santin, Antonio Zanelatto. Delegados Representantes: Efetivos: Avelino Zoche, Jocemar Antonio Caldato. Suplentes: Albino Felippi, Rosalino Pan, Lori Miguel Viola. Que os novos membros de tão importante sindicato, continuem realizando a tarefa de defender a classe dos trabalhadores rurais, oferecendo proteção e assistência, assegurando os direitos de

todos. Dos vereadores Arcedinos de Fragas, Leonir José Favin e Vilson Dala Costa, da Bancada do PMDB, reiterando pedidos anteriores, requerem seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que através do departamento competente providencie a instalação de iluminação pública na Rua Antonio Ascari até a Rua das Hortênsias, Bairro Cristo Rei. Existe um pequeno trecho da Rua Antonio Ascari, nas proximidades da Chácara Baggio, que encontra-se sem iluminação. Referida rua é acesso de estudantes e trabalhadores que reclamam da escuridão, quando trafegam pela mesma. Necessário se faz a instalação de iluminação na referida via pública, proporcionando assim segurança aos moradores do Bairro Novo Horizonte, bem como, dos bairros adjacentes. Dos vereadores Dirceu Dimas Pereira - PPS e Valmir Tasca - PFL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem seja oficiado aos Deputados Estaduais Augustinho Zucchi (Palácio Dezenove de Dezembro, Gabinete 504 - Centro Cívico, Cep 80530-911, Curitiba, Paraná), e Nereu Moura (Palácio Dezenove de Dezembro, Gab. 002, Centro Cívico, Cep 80530-911, Curitiba, Paraná), solicitando aos mesmos para reivindicar junto à Secretaria de Segurança do Estado do Paraná, a designação de profissionais para prestar atendimento na Subdivisão Policial de Pato Branco - 5ª SDP. Tomamos conhecimento da realização de formatura de aproximadamente quarenta delegados, dos quais poderiam ser designados dois para a 5ª SDP e outro para a Delegacia de Polícia Civil de Mangueirinha, Paraná. Existe também a necessidade de oito investigadores para as delegacias subordinadas à 5ª SDP. Solicitam ainda os vereadores signatários, que os deputados acima citados reivindiquem junto ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, para que sejam designados dez policiais militares, da última formatura realizada em Curitiba, para atendimento junto ao 3º Batalhão da Polícia Militar de Pato Branco - 3º BPM, como também, que sejam destinadas duas viaturas para serem utilizadas pelos profissionais da RONE - Ronda Ostensiva de Natureza Especial, levando-se em consideração que os dois veículos existentes em nosso município, estão danificados e sem condições de uso. Dos vereadores Arcedinos de Fragas, Leonir José Favin e Vilson Dala Costa, da Bancada do PMDB, e vereadores Nelson Bertani, Silvio Hasse e Vilmar Maccari, da bancada do PDT, no uso de suas atribuições legais e regimentais conforme preceitua o § 2º do artigo 101 do Regimento Interno, requerem a aprovação do plenário para a realização de sessão especial, para discutir sobre a Campanha da Fraternidade de 2004, que tem como tema: Fraternidade e Água e como lema: Água, Fonte de Vida. A Campanha da Fraternidade de 2004 vai valorizar o aspecto simbólico, religioso e sacramental da água, mas vai, principalmente, debater a chamada "crise da água", tanto em nível planetário como em nível brasileiro. O objetivo geral da campanha é conscientizar a sociedade que a água é fonte da vida, uma necessidade de todos os seres vivos e um direito da pessoa humana, e mobilizá-la para que este direito à água com qualidade seja efetivado para as gerações presentes e futuras. Um de seus objetivos específicos é defender a participação popular na elaboração de uma política hídrica para que a água seja de fato de domínio público e seja gerenciada

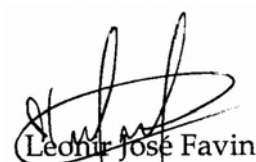
pelo poder público com participação da sociedade civil e da comunidade local. O valor supremo da água é o biológico, seguido de seu valor social, relativizando assim o controverso valor econômico da água. O desafio da água é universal, transcende todas as fronteiras e desafia todos os seres humanos. Ninguém, absolutamente ninguém, está imune aos seus impactos. Através da Campanha da Fraternidade a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, propõe – além de apoiar iniciativas já existentes – a articulação de todos os setores da sociedade em defesa dessa essência da vida biológica. Propõe ainda uma série de ações na linha da sensibilização, do conhecimento, do cuidado, do compromisso com os sem água, na mudança da política hídrica, numa nova mística da água, assim por diante. A água é uma necessidade de todos os seres vivos e um direito da pessoa. Sugerimos que por ocasião da realização da sessão especial, seja convidado o coordenador do curso de Agronomia do CEFET – Uned Pato Branco, Paulo Henrique de Oliveira (fone 220-2511) para explicar sobre o comprometimento dos mananciais de água com relação à drenagem que está sendo feita nas partes baixas das propriedades rurais. Por último, foi retirado o requerimento de autoria dos vereadores Nelson Bertani, Silvio Hasse e Vilmar Maccari, da Bancada do PDT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem seja oficiado ao Frei João Bosco de Souza, Vigário da Paróquia São Pedro Apóstolo, convidando-o para participar de uma sessão ordinária nesta Casa de Leis, em data a ser agendada na secretaria da Câmara, para falar sobre a Campanha da Fraternidade de 2004, que tem como tema: Fraternidade e Água e como lema: Água, Fonte de Vida. A água tem enorme importância para a terra: sem este precioso elemento, a terra se transformaria rapidamente num deserto árido, lugar de fome e de sede, em que homens, animais e plantas estariam condenados à morte. Além de condição de vida na terra, a água tem também o poder de lavar e purificar, fazendo desaparecer as impurezas. Precisamente por isto, na Sagrada Escritura a água é considerada como símbolo de purificação moral: Deus «lava» as culpas do pecador (Sl 50,4). Durante a Última Ceia Jesus lava os pés aos seus discípulos. Diante dos protestos de Pedro, Jesus responde: «Se eu não vos lavar, não terás parte comigo» (Jo 13,8). Mas é no Batismo cristão que a água adquire seu pleno sentido espiritual de fonte de vida sobrenatural, como o mesmo Cristo proclama no Evangelho: «quem não nascer da água e do Espírito Santo não pode entrar no reino de Deus» (Jo 3, 5). Dada a importância da água que é o lema da Campanha da Fraternidade deste ano, será de muita importância que o Vigário de nossa cidade faça uma explanação mais completa sobre o assunto. Este requerimento foi retirado tendo em vista que os vereadores proponentes assinaram em conjunto o requerimento de autoria dos vereadores da bancada do PMDB, Arcedinos de Fragas, Leonir José Favin e Vilson Dala Costa, que requer aprovação do plenário para a realização de sessão especial, para discutir sobre a Campanha da Fraternidade de 2004, que tem como tema: Fraternidade e Água e como lema: Água, Fonte de Vida. Todas as demais proposições foram aprovadas por unanimidade de votos. Dando continuidade, foi lido e após leitura baixará às

comissões competentes para pareceres, o projeto de lei nº 5/2004, mensagem nº 7/2004, originário do Executivo Municipal, que autoriza o Executivo Municipal abrir crédito especial, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais). Em seguida, foi suprimido o espaço para as lideranças partidárias se pronunciarem tendo em vista a realização da audiência pública de prestação de contas da Administração Pública Municipal, relativa ao 3º quadrimestre do ano de 2003, que será realizada após o término desta sessão ordinária. Portanto, o vereador Vilmar Maccari - PDT fez a entrega da Moção de Aplauso de sua autoria, subscrita pelos vereadores Agostinho Rossi - PTB, Antonio Urbano da Silva - PL, Arcedinos de Fragas - PMDB, Clóvis Gresele - PP, Enio Ruaro - PP, Dirceu Dimas Pereira - PPS, Laurinha Luiza Dall'Igna - PP, Leonir José Favín - PMDB, Nelson Bertani - PDT, Nereu Faustino Ceni - PC do B, Pedro Martins de Mello - PFL, Silvio Hasse - PDT, Valmir Tasca - PFL e Vilson Dala Costa - PMDB, ao senhor Nildo Rossato pelos relevantes serviços que prestou durante o período em que esteve em nossa cidade, trabalhando no ramo de comercialização de energia elétrica e atendimento a clientes. Em seguida, o presidente Dirceu Dimas Pereira - PPS, sugeriu a supressão do intervalo de 5 (cinco) minutos, sendo que foi acatada pelos vereadores. Portanto, passou-se à apreciação da ordem do dia. Aprovado em segunda votação, votação simples, com 14 (quatorze) votos a favor, o projeto de lei nº 150/2003, mensagem nº 80/2003, originário do Executivo Municipal, que autoriza o Executivo Municipal a conceder subvenção social ao S.O.S. Vida - Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoólatras de Pato Branco. Aprovado em segunda votação, votação simples, com 14 (quatorze) votos a favor, o projeto de lei nº 151/2003, mensagem nº 81/2003, originário do Executivo Municipal, que autoriza o Executivo Municipal a conceder subvenção social ao Lar de Idosos São Vicente de Paulo. Aprovada em votação única, com 14 (quatorze) votos a favor, a Moção de Aplauso de autoria do vereador Antonio Urbano da Silva - PL, subscrita pelos vereadores Agostinho Rossi - PTB, Arcedinos de Fragas - PMDB, Clóvis Gresele - PP, Enio Ruaro - PP, Dirceu Dimas Pereira - PPS, Laurinha Luiza Dall'Igna - PP, Leonir José Favín - PMDB, Nelson Bertani - PDT, Nereu Faustino Ceni - PC do B, Pedro Martins de Mello - PFL, Silvio Hasse - PDT, Valmir Tasca - PFL, Vilmar Maccari - PDT e Vilson Dala Costa - PMDB, a ser concedida a Patoeste Eletro Instaladora Ltda., parabenizando pela comemoração dos 25 anos de existência. Finda ordem do dia, foi suprimido o espaço para as explicações pessoais. Nada mais havendo a ser tratado foi encerrada a sessão. Lavramos a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 26 de fevereiro de 2004.



Dirceu Dimas Pereira  
Presidente



Leonir José Favín  
1º Secretário